

RESULTADO DE JULGAMENTO

DISPENSA Nº 056/2024 PROC. Nº 056/2024

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL – CPSMCAS**, em conformidade com Art. 75, inciso XXX – da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Resolução n.º. 002/2024 de 04 de abril de 2024 torna público aos interessados o **RESULTADO DA DISPENSA nº 056/2024**, que tem como objeto a AQUISIÇÕES DE **ANESTÉSICOS**, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POLICLÍNICA DRA. MARCIA MOREIRA DE MENESES, JUNTO AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL-CPSMCAS.

EMPRESA HABILITADA E VENCEDORA: MAXSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ de nº 53.322.401/0001-24, Rua Buriti, 47, Centro, CEP: 61.760-495, Eusébio-CE, **Itens 01 e 02 (lote único), no valor R\$ 52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais).**

Outras informações poderão ser obtidas na Sala do Setor de Licitação, situado a Av. Doca Nogueira, S/N, Centro, na cidade de Pacajus, Ceará, CEP. 62.870-000, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira.

Pacajus-CE, 13 de agosto de 2024.


MARCUS BELLINE NOGUEIRA VASCONCELOS
Agente de Contratação

**JUSTIFICATIVA DA DISPENSA, RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E
JUSTIFICATIVA DO PREÇO
DISPENSA Nº. 056/2024 - PROCESSO Nº 056/2024**

OBJETO: AQUISIÇÕES DE **ANESTÉSICOS**, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POLICLÍNICA DRA. MARCIA MOREIRA DE MENESES, JUNTO AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL-CPSMCAS.

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL – CPSMCAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Doca Nogueira, S/N, Centro, na cidade de Pacajus, Ceará, CEP. 62.870-000, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 12.850.235/0001-51, neste ato representado Sra. **AMÁLIA LOPES DE SOUSA**, PRESIDENTE - CPSMRCAS, por intermédio do Agente de Contratação, necessita contratar os serviços mencionados no objeto acima mencionado:

1. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA: BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Nota-se que o valor da contratação é inferior ao limite determinado para dispensa de licitação para execução dos serviços, e que um processo licitatório seria muito mais oneroso para a Administração Pública. A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório.

Assim sendo atendido o disposto nos artigos 75, inciso II, 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), apresentamos a presente Justificativa para ratificação.

2. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A vencedora escolhida neste processo para sacramentar a contratação pretendidos, foi **MAXSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ de nº 53.322.401/0001-24, Rua Buriti, 47, Centro, CEP: 61.760-495, Eusébio-CE, que apresentou o **MENOR PREÇO** entre as proposta apresentadas nos **Itens 01 e 02 (lote único)**, no valor **valor R\$ 52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais)**.

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços as quais seguem anexo as cotações, apresentado preços compatíveis com os praticados no mercado. Bem como foi dado publicidade via aviso de dispensa de licitação na forma prevista no art. 75, § 3º da Lei 14.133/21.

A prestação de serviço aquisição disponibilizado pela pessoa jurídica/física supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço e qualificação técnica.

3. DAS COTAÇÕES E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No processo em epígrafe, restou comprovado ser o menor preço de mercadopraticado com a Administração.

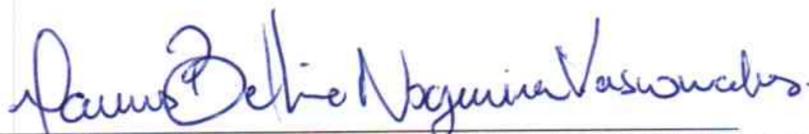
O valor proposto no menor orçamento enquadra-se no disposto no art. 75, anexo ainda estimativas de despesas, seja pela cotações anexas nos termos art. 72, inc. II da 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, é decisão discricionária do Gestor optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Auditoria Interna e Assessoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Assim, submeto a presente justificativa à Sra. AMÁLIA LOPES DE SOUSA, PRESIDENTE - CPSMRCAS nos termos do art. 72, inc. VIII da Lei n. 14.133/2021 e Resolução nº. 002/2024 de 04 de abril de 2024.

Pacajus-CE em 13 de agosto de 2024.



MARCUS BELLINE NOGUEIRA VASCONCELOS
Agente de Contratação